

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

## NOTAS SOBRE A DESCONCENTRAÇÃO METROPOLITANA NO RIO GRANDE DO SUL

*Paulo Roberto Rodrigues Soares*

*Lucas Porfírio Schneider*

*Boletim Gaúcho de Geografia, 39: 113-128, jul., 2012.*

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37318/24100>

---

Publicado por

## Associação dos Geógrafos Brasileiros

---



## Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

### Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - jul., 2012.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

# NOTAS SOBRE A DESCONCENTRAÇÃO METROPOLITANA NO RIO GRANDE DO SUL

PAULO ROBERTO RODRIGUES SOARES<sup>1</sup>

LUCAS PORFÍRIO SCHNEIDER<sup>2</sup>

## RESUMO

O artigo trata da desconcentração metropolitana no Rio Grande do Sul, enfocando as mudanças recentes na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e seu entorno. Considera-se que a região metropolitana está inserida no espaço de fluxos da economia global e que suas atuais transformações sócio-espaciais correspondem a processos locais, nacionais e globais. Discute-se as novas tendências da metropolização e alguns conceitos utilizados para definir a atual morfologia das regiões metropolitanas estendidas. Apresentamos dados da economia metropolitana e das aglomerações do entorno metropolitano. Observa-se uma tendência de desconcentração metropolitana no entorno da RMPA, bem como um reforço importante na economia de serviços da metrópole o que se reflete na própria elevação da participação do Produto Interno Bruto do município de Porto Alegre no conjunto da RMPA e do estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, o processo de metropolização não está circunscrito à RMPA, pois na rede urbana gaúcha novos espaços de concentração encontram-se em formação.

**Palavras-chave:** Reestruturação espacial. Desconcentração metropolitana. Aglomerações urbanas.

ABOUT METROPOLITAN DECONCENTRATION AT RIO GRANDE DO SUL

## ABSTRACT

This article deals with the metropolitan deconcentration in Rio Grande do Sul State, Brazil. The focus is the recent changes in the Porto Alegre Metropolitan Region (RMPA) and its surroundings. It is considered that the metropolitan region is inserted in the space of flows of global economy and its current socio-spatial changes correspond to local, national and global processes. It discusses new trends in metropolises and some concepts used to define the current morphology of the extended metropolitan regions. We present data on the metro-

---

1 Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do Núcleo Porto Alegre do Observatório das Metrópoles. Correio eletrônico: paulo.soares@ufrgs.br.

2 Acadêmico de Geografia - Bacharelado (UFRGS) e bolsista de iniciação científica (BIC/FAPERGS).

politan economy and the surrounding metropolitan agglomerations. There is a trend toward decentralization in the metropolitan area surrounding the RMPA as well as the reinforcement in the service economy of the metropolis. This reflects in the very high share of Gross Domestic Product of the municipality of Porto Alegre throughout the RMPA and the state of Rio Grande do Sul. However, the process is not confined to the RMPA because in the urban network of the State new concentration areas are shaping.

**Keywords: Spatial restructuring. Metropolitan deconcentration. Urban agglomerations.**

## INTRODUÇÃO

Uma leitura possível sobre o recente processo de reestruturação sócio-espacial das metrópoles mundiais considera esta reestruturação uma “reação” dos espaços metropolitanos ao amplo processo de mudanças globais da atual fase flexível do capitalismo tardio. Estas mudanças atingem de modo diferencial os espaços metropolitanos refletindo distintos graus de integração aos fluxos da economia globalizada e sua desigual integração ao continente das “cidades-regiões globais” (Scott *et all*, 1991), o “arquipélago megapolitano mundial” (Dolffus, 1999).

A última década do século XX demarcou a reconcentração econômica nas metrópoles e nos espaços metropolitanos, que se restabeleceram como campo de atração de capitais (VELTZ, 1996). As cidades médias também constituíram espaços privilegiados para territorialização de novas atividades (industriais e de serviços), atraídas pela infraestrutura disponível e pelas qualidades sócio-ambientais destes espaços urbanos (força de trabalho qualificada, serviços especializados, qualidade de vida).

A globalização associa-se à criação de novos espaços industriais em distintas escalas territoriais (SOJA, 2005). Difundem-se formas avançadas de industrialização e condições de produção e metropolização características das sociedades urbanas avançadas para espaços onde estas estavam pouco presentes. Configura-se, assim, um novo desenho para a rede urbana, com a subversão da tradicional hierarquia urbana, emergindo novas formas de concentração – diferenciadas e mais complexas – que se sobrepõem e extrapolam a clássica região metropolitana industrial fordista. A conceituação destas novas formas bem como os critérios para estabelecer sua escala e delimitação é objeto de ampla discussão entre os acadêmicos, havendo diversas propostas de denominação destes conjuntos urbanos<sup>3</sup>.

Os processos contemporâneos de metropolização permitem três caminhos de análise: (i) como difusão regional da dinâmica metropolitana; (ii) como mobilização de agentes políticos, econômicos e sociais regionais; (iii) como conexão dos espaços urbanos aos circuitos hegemônicos da economia globalizada (PARIS, 2004). O primeiro entende a metropolização como um processo de concentração das condições para acumulação, ou a difusão da dinâmica metropolitana sobre um território contíguo, a “área de metropolização” ou “em metropolização”. O segundo trata da constituição política das regiões metropolitanas, num processo conhecido como de “novo regionalismo”. O terceiro, do ponto de vista econômico, implica na relação dos modelos de desenvolvimento territorializados com o processo de metropolização, aproximando esta abordagem das análises dos sistemas produtivos locais, muitos dos quais estão na origem da constituição de aglomerações urbanas. Destas três linhas podemos delinear as características do espaço metropolizado: a contiguidade urbana das maiores densidades, a existência de diferentes pólos de emprego e uma estruturação mais complexa do espaço.

Nossa leitura do processo contemporâneo de metropolização no Rio Grande do Sul referencia-se neste terceiro ponto de vista, uma vez que observamos que na Região Metropolitana de Porto Alegre a industrialização e a incorporação de novos núcleos urbanos à dinâmica metropolitana se produziram a partir de uma diversidade de caminhos, não se restringindo a uma única dinâmica induzida pela metrópole.

## **PORTO ALEGRE, DE METRÓPOLE À CIDADE-REGIÃO GLOBAL**

Porto Alegre, metrópole industrial periférica do capitalismo brasileiro, apresentou um desenvolvimento sócio-espacial peculiar ao longo da segunda metade do século XX. A metropolização porto-alegrense remonta à década de 1960 quando em seu entorno aparecem núcleos industriais, subúrbios dormitórios e núcleos com função industrial e de serviços, num arranjo socioespacial bastante complexo. Esta característica distinguia Porto Alegre de outras regiões metropolitanas institucionalizadas na década de 1970, que apresentavam poucos núcleos dinâmicos fora da metrópole. Enquanto outras regiões metropolitanas foram institucionalizadas a partir da simples expansão da malha urbana, do extravasamento da grande cidade para além dos seus limites administrativos, Porto Alegre já se constituía como uma típica “área metropolitana”, uma “verdadeira metrópole regional” (GEIGER, 1963:284).

Entre os anos 1960 e a década de 1980 grandes projetos industriais estatais e privados foram realizados na Região Metropolitana de Porto Alegre.

---

ciudades? *Revista de Geografia*. Universidad de Barcelona. Nº 2. 2003, p. 79-103 e SOARES, P. R. R. Novas territorialidades e novos discursos sobre a dispersão e a concentração urbanas. In: Heidrich, A.; Pinós da Costa, B.; Zeferino Pires, C.; Ueda, V.. (Org.). *A Emergência da Multiterritorialidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 163-176.

A Refinaria de Petróleo Alberto Pasqualini (Canoas), a Companhia Siderúrgica Riograndense (Sapucaia do Sul), a Aços Finos Piratini (Charqueadas), a Rio Grande Companhia de Celulose – Riocell (Guaíba) e o Pólo Petroquímico (Triunfo) favoreceram a concentração industrial no entorno da capital. Estas indústrias, associadas à expansão do setor comercial e de serviços na cidade de Porto Alegre, contribuíram para a constituição de uma aglomeração urbana com características de área metropolitana industrial fordista, onde “a difusão das atividades e funções no espaço e a interpenetração dessas atividades” seguiu “uma dinâmica independente da contigüidade geográfica”, e na qual “tem lugar todo o tipo de atividades básicas, quer sejam de produção (inclusive agricultura), de consumo ou de comércio, algumas delas concentradas geograficamente e outras difundidas no conjunto da metrópole com densidades variáveis (habitação, serviços de primeira necessidade)” (CASTELLS, 1984:98). Esta concentração gerou, contudo, inúmeros problemas urbanos, tanto em Porto Alegre como nos núcleos urbanos conurbados, onde foi evidente a carência de infraestrutura urbana, de condições de moradia adequadas, bem como problemas de transporte e circulação.

Ao longo dos anos 1990 e na primeira década do século XXI a RMPA continuou sua trajetória de crescimento urbano e econômico, com incorporação de novos municípios ao conjunto metropolitano e amplo crescimento da periferia metropolitana em termos de população e participação na produção industrial e na totalidade da economia metropolitana (incluindo aqui o grande crescimento do setor terciário nos municípios metropolitanos).

Na atualidade considera-se que a despeito da concentração cada vez mais pronunciada das atividades do terciário superior (ou quaternário) na metrópole de São Paulo, Porto Alegre ainda aparece como um importante centro de gestão do capitalismo brasileiro<sup>4</sup>.

Em termos de produção industrial, a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) se destaca como a terceira maior concentração industrial do país, reunindo importantes ramos industriais dinâmicos (metal-mecânico, automobilístico, siderúrgico, petroquímico, químico, plásticos) aos quais se justapõem setores industriais tradicionais (coureiro-calçadista, alimentício, têxtil), presentes em sua estrutura fabril desde o final do século XIX. No entorno da RMPA se desenvolve uma potente economia industrial. Não obstante esta industrialização apresente um caráter difuso e disperso, ela tem conformado novas aglomerações. Estas estão frequentemente associadas aos sistemas locais de produção, cuja origem remonta aos traços distintivos da industrialização em território gaúcho.

Nossa hipótese de constituição de uma ampla “região urbana”, a virtual “cidade-região” de Porto Alegre considera que a formação e consolidação

---

4 Em 2008, o Rio Grande do Sul sediava 117 das 500 maiores empresas da região sul do Brasil, sendo Porto Alegre a sede de 35 destas empresas (Revista AMANHÃ, 500 Maiores do Sul).

destes sistemas está relacionada à presença da metrópole, sendo que as novas aglomerações respondem tanto às metamorfoses do processo de acumulação na fase flexível, como aos processos de dispersão e difusão urbanas, os quais não pretendemos discutir com profundidade aqui, fixando nossa análise na desconcentração industrial e resguardando o olhar sobre a dispersão urbana para um segundo momento. É neste sentido que “a dispersão geográfica das atividades econômicas exige que se reconstituam as centralidades” (MONGIN, 2006), ou seja, “as funções de mando”, as quais estão especialmente reservadas à metrópole *stricto sensu*.

## **SOBRE A DESCONCENTRAÇÃO DA METROPOLIZAÇÃO**

Duas vertentes principais traçam os caminhos de interpretação da reestruturação urbana: a primeira vincula a reestruturação à dispersão e à mudança de escala dos fenômenos espaciais, seguindo as sucessivas “ondas” de desconcentração e descentralização verificadas na história da urbanização capitalista; a segunda, relaciona a reestruturação urbana com as novas lógicas produtivas pautadas pela flexibilização, pela desregulação e pela desconcentração e com a mudança cultural.

A reestruturação metropolitana tem sua expressão espacial na dispersão e difusão do urbano, na qual o tecido metropolitano se espalha sobre o território e elabora novas formas espaciais no processo de “metropolização do espaço”. A escala espaço-temporal da metrópole se amplia pelas desregulações do mundo do trabalho e da vida cotidiana, pelo incremento dos sistemas de mobilidade e telecomunicações, mas, sobretudo, porque produz um espaço mais complexo e homogêneo, simultaneamente fragmentado e hierarquizado. Esta “nova região metropolitana” manifesta-se sobre o território em diferentes escalas. Na grande escala o território é cada vez mais homogêneo e metropolizado (VELTZ, 1996). À pequena escala, verifica-se uma urbanização cada vez mais fragmentada e desigual, na qual os territórios da metrópole estão mais fraturados e incomunicáveis, subvertendo o antigo projeto moderno de urbanismo integrador, racional, funcional e unitário.

Paira no ar certo consenso de que cidades e metrópoles se transformaram e não mais se organizam ou funcionam de acordo com os referenciais dominantes na ciência urbana até os anos 1980. Com isso proliferaram-se os novos conceitos, muitos dos quais ainda carecem de conteúdo e precisão<sup>5</sup>. As bases dos pensamentos sociológico, antropológico, econômico e geográfico clássicos sobre a cidade se debruçaram estritamente sobre “a cidade”. Posteriormente a região metropolitana se inseriu neste pensamento utilizando-se das mesmas bases e reproduzindo o modelo. A partir da década de 1990 o escopo e o objeto dos estudos urbanos mudaram radicalmente. Assim, “me-

---

5 Ver a este propósito o artigo de J. Vicente Rufi (2003), *op. cit.*

gacidades”, “megalópoles”, “cidade-região”, “mega-região”, “região metropolitana”, representam fundamentalmente novos constructos e, frequentemente, entendimentos contraditórios dos novos padrões de urbanização (NEUMANN & HULL, 2009).

Hoje se discute um “novo cenário territorial”, resultado dos processos simultâneos de desurbanização (no sentido da diminuição das densidades) e deslocalização, que produzem um tecido urbano estendido que abarca cidades grandes e pequenas, povoados, pedaços do campo e metrópoles em uma mesma lógica de desregulação (Amendola, 2000). Esta figura vincula-se ao conceito de *metápole* proposto pelo urbanista François Ascher<sup>6</sup>.

A *metápole*, ou o novo território urbano, segundo François Ascher (1995:34), é definida como “um conjunto de espaços onde todos ou parte dos habitantes, das atividades econômicas ou dos territórios são integrados ao funcionamento cotidiano de uma metrópole”. Uma *região urbana* que concentra empregos, espaços de assentamento, atividades econômicas e serviços. Os espaços que a compõem são heterogêneos e não necessariamente contíguos. A metápole forma-se a partir da metrópole pré-existente. A “metropolização” justapõe os processos de metropolização e de formação de um novo território urbano: a conurbação extensa, descontínua, heterogênea e multipolarizada. Esta induz processos de homogeneização e diferenciação. Homogeneização, porque os mesmos tipos de agentes econômicos se encontram com as mesmas lógicas em todas as cidades; diferenciação, porque a competição interurbana pela localização de atividades é maior, aprofundando as diferenças entre os lugares.

A metápole é uma forma espacial que se sobrepõe e sucede a metrópole fordista (ASCHER, 2001). As cidades-regiões e regiões urbanas que emergem na era do capitalismo mundializado fazem parte de uma nova “geografia global da urbanização”. Constituem conexões essenciais da economia globalizada, pois concentram forças produtivas e infraestruturas equivalentes ou superiores às de muitos Estados-nacionais. São, sobretudo, “integradoras do espaço de fluxos” (NEUMANN & HULL, 2009: 779).

No Brasil, as transformações recentes no padrão de urbanização também apontam para uma revisão conceitos e paradigmas de análise das formas urbanas. Durante a década de 1990 se produziu uma grande mudança nas escalas da metropolização e na própria complexidade do fenômeno urbano no território brasileiro. Com isso, surgiram novos conjuntos espaciais polarizadores do crescimento da população urbana e que passaram a realizar o papel de centros metropolitanos à escala regional. Quanto à organização da rede urbana as mudanças também são evidentes. Estudos recentes definiram novas formas de concentração urbana, entre elas as metrópoles, as aglomerações, os “corredores urbanos” e as “urbanizações contínuas”<sup>7</sup>.

6 O livro *Métapolis; ou l'avenir des villes* (Paris, Odile Jacob) foi publicado em 1995.

7 Ver especialmente a pesquisa IPEA/IBGE/Nesur-IE/Unicamp. *Caracterização e tendências da rede*

Em trabalhos anteriores levantamos a hipótese da “cidade-região” em formação no eixo urbano Porto Alegre-Caxias do Sul (SOARES y UEDA, 2005). Esta incluiria a RMPA, a Aglomeração Urbana de Caxias do Sul, além das aglomerações urbano-industriais de Santa Cruz do Sul, Lajeado-Estrela e o corredor urbano do Litoral Norte do RS. Este conjunto urbano é vertebado por eixos de transporte e comunicações importantes e em pleno desenvolvimento. Em um raio de 120 km de Porto Alegre articulam-se pólos industriais (Canoas, Gravataí, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Santa Cruz do Sul, Montenegro, Lajeado e Estrela), pólos turísticos (Gramado e Canela) e os núcleos do Litoral. Esta concentração se aproxima de cinco milhões de habitantes constitui-se a terceira concentração urbano-industrial do país. É neste espaço que enfocamos nossa análise da formação da “região urbana” de Porto Alegre.

## **A DESCONCENTRAÇÃO METROPOLITANA E OS SISTEMAS LOCAIS DE PRODUÇÃO**

A economia do capitalismo globalizado, organizada em uma grande rede mundial de empresas e cidades, afeta fortemente os espaços metropolitanos. A nova “economia de arquipélago” introduz um estado de concorrência mundial de “territórios em redes” versus “territórios em zonas” e o declínio da economia organizada com base na continuidade e na distância (Veltz, 1996). Esta nova situação afeta principalmente as regiões metropolitanas que abrigam (ou abrigaram) grandes complexos industriais fordistas, que perdem empresas, sofrem desindustrialização, gerando setores de obsolescência no seu interior. Entretanto, permanecem a qualificação da força de trabalho e as infraestruturas.

Neste sentido, os territórios metropolitanos *lato sensu* são espaços privilegiados de atração e localização do capital. Na atual conjuntura de desregulação, cidades e regiões com elevadas densidades de capital social e fixo historicamente acumulados, oferecem oportunidades estratégicas aos flúidos investimentos internacionais. Estas são evidenciadas especialmente em lugares onde as tendências da metropolização e da urbanização apresentam uma série de escalas e formas espaciais. Assim, em países periféricos e industrializados como o Brasil, continuam se formando aglomerações industriais baseadas em atividades de manufatura intensivas em tecnologias.

As novas implantações não necessariamente são interiores aos espaços metropolitanos, podendo estar situadas nas adjacências das regiões metropolitanas, ou ainda, em regiões de nova implantação industrial. A desconcentração metropolitana é favorecida pelas novas formas de concentração

industrial. Segundo diferentes teóricos, transitamos a um novo paradigma de organização espacial da indústria (os distritos industriais), o qual influencia também a configuração e organização das redes urbanas.

A nova organização das empresas, estruturadas em redes de produção, permite a deslocalização da produção e sua realização em diferentes pontos do território, conectados pelas novas tecnologias de comunicação. A maior densidade das redes de infraestrutura permite uma maior fluidez do território e o rebaixamento dos custos de transporte. Assim, as corporações tendem a localizar suas plantas de modo mais difuso pelo território, ao longo de regiões urbanizadas cada vez mais extensas e integradas.

De acordo com Roberto Camagni (2005) podemos apontar seis grandes tendências que influem na desconcentração industrial: (i) a propensão à localização não metropolitana da indústria; (ii) a aparição de novas economias de localização (distritos industriais), possibilitando o êxito de pequenas empresas na economia global; (iii) a revolução das novas tecnologias da informação e das formas de produção flexível diminuindo a dimensão mínima eficiente para diversos tipos de empresas; (iv) a crise econômica e socioespacial das grandes aglomerações com o subsequente crescimento das periferias metropolitanas; (v) a homogeneização das condições gerais de infraestrutura no território que se incorpora aos ritmos e à lógica do tecido metropolitano; (vi) a emergência do princípio “reticular”, da economia e da sociedade em rede.

À flexibilização das relações de produção e a introdução das novas tecnologias da informação e da comunicação corresponde a uma flexibilização da localização industrial, a qual leva à desconcentração espacial da produção para as adjacências dos espaços metropolitanos, nas quais o capital industrial se afasta das deseconomias de aglomeração e se beneficia da proximidade das infraestruturas sociais e territoriais metropolitanas, bem como dos atributos da metrópole como centro de gestão. Trata-se da expansão das “condições gerais de produção” (LENCIONI, 2007), a qual favorece a urbanização extensiva e a ampliação da escala do tecido metropolitano. Estes processos podem ser melhor observados em regiões onde os sistemas locais de produção se aproximam da aglomeração metropolitana. Assim, o capital industrial se beneficia das condições historicamente acumuladas pelos diferentes capitais locais (capital fixo, atributos da força de trabalho, capital social, capital simbólico), que se convertem em fatores de atração de novas indústrias e atividades.

Tanto as dinâmicas da metropolização, como a dos distritos industriais pode ser interpretada a partir das lógicas que estruturam as aglomerações (MAY, 1999). Segundo esta autora, as análises das formas de aglomeração territorial partem da caracterização das relações internas e externas destes espaços e tradicionalmente tendem a opor a lógica metropolitana (dominada por relações de competição), à lógica dos distritos industriais (caracterizada por relações de cooperação). Entretanto, na atualidade é possível verificar a

constituição de novas formas de organização produtiva, mais amplas que os distritos, nas quais estão estabelecidos sistemas locais, distritos clássicos e zonas especializadas, formando o que se pode considerar uma aglomeração metropolitana estendida, cuja referência espacial passa a ser a escala urbano-regional e não apenas a escala urbana.

Esta forma de organização necessita da metrópole e seus equipamentos de centro de gestão, a qual tem sua economia de serviços, especialmente do terciário superior, revigorada. Com isso transforma-se também a morfologia interna da metrópole, com o reforço dos setores vinculados à gestão, que estabelecem novas centralidades, bem como as infraestruturas e serviços destinados aos estratos da população atrelados a esta nova economia.

## **SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS E AGLOMERAÇÕES URBANAS NO RS**

No entorno da Região Metropolitana de Porto Alegre verificamos a presença de sistemas produtivos locais associados a aglomerações urbanas. Entre eles podemos relacionar o pólo coureiro-calçadista do Vale do Sinos, o pólo metal-mecânico de Caxias do Sul, os pólos moveleiro e de vitivinicultura de Bento Gonçalves, o pólo fumageiro de Santa Cruz do Sul e o agroindustrial (laticínios e avícola) do Vale do Taquari.

A Região Metropolitana de Porto Alegre é composta por 32 municípios, concentrando cerca de 45% do Produto Interno Bruto (PIB) total e 49% do Produto Interno Bruto industrial do estado. Esta participação vem apresentando pequenas oscilações ao longo dos últimos 20 anos, especialmente quanto ao PIB industrial. Neste sentido, na metade da década de 1990 as políticas públicas estaduais (reduzidas praticamente à distribuição de subsídios e à renúncia fiscal) induziram a localização de alguns dos maiores investimentos industriais realizados no estado, privilegiando a localização metropolitana. Nos referimos às plantas da *General Motors* em Gravataí, da *Souza Cruz* em Cachoeirinha e da *John Deere* em Montenegro, esta última com uma localização que pode ser considerada perimetropolitana.

Além da Região Metropolitana, a rede urbana gaúcha apresenta outros espaços de concentração. Entre eles As aglomerações urbanas institucionalizadas Aglomeração Urbana do Nordeste – AUNE (de Caxias do Sul, com dez municípios), a Aglomeração Urbana do Sul – AUSul (Pelotas e Rio Grande, com cinco municípios) e a Aglomeração Urbana do Litoral Norte, com vinte municípios. Igualmente podemos incluir entre estes espaços urbanos, dois conjuntos não-institucionalizados, mas que já apresentam características de aglomeração: as aglomerações de Santa Cruz do Sul (três municípios) e Lajeado-Estrela (cinco municípios)<sup>8</sup>.

---

8 Vide o trabalho de Rosa Moura e Maria de Lourdes Kleinke (1999) e o estudo da Região Sul da série *Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil* (IPEA, NESUR-IE/Unicamp, IBGE, 2000).

A seguir apresentamos alguns dados para apoiar o debate sobre a desconcentração industrial a partir de Porto Alegre e região metropolitana e sua realocização no entorno metropolitano, reforçando as aglomerações urbanas. Inicialmente apresentamos dados de participação do município de Porto Alegre e da região metropolitana no conjunto do Produto Interno Bruto do RS. Com base no Quadro 1 percebe-se a reversão da tendência de vinte anos de perda de participação da capital no conjunto da economia gaúcha, especialmente no setor industrial, o qual também diminui sua participação no peso da economia portoalegrense (esta é a tendência mais verificada). Esta reversão vincula-se ao atual ciclo de crescimento desenvolvimento da economia brasileira, no qual se destacam os serviços, os quais estão fortemente concentrados na capital (funções de Estado, funções de gestão, serviços às empresas, *shopping centers*, serviços avançados de saúde, entre outros).

Quadro 1  
Participação de Porto Alegre no PIB do Rio Grande do Sul

	<b>% do PIB do estado</b>	<b>% do PIB industrial</b>	<b>Participação da indústria no PIB (%)</b>
1985	12,46	12,45	39,71
1990	12,52	9,49	31,96
2000	14,08	9,87	26,90
2004	11,16	7,67	27,81
2007	18,93	8,81	13,07
2008	18,43	8,82	13,41

Fonte: Dados brutos: FEE e IBGE.

Já pelo quadro 2, observamos os mesmos dados para o conjunto da região metropolitana, a qual amplia sua participação no PIB estadual no período analisado, embora seja necessário considerar a ampliação no número de municípios que compõem a RMPA (de 14 para 32 entre 1974 e 2010). Esta ampliação se deu pela incorporação de grande número de municípios industriais ao território da RMPA, especialmente os vinculados à indústria calçadista. Entretanto, também é possível notar a diminuição da participação da indústria no PIB metropolitano como um todo, que se reduz e 55% para menos de 30%. É importante indicar que em 2010, a RMPA concentrava 305 mil trabalhadores na indústria de transformação, o que representava 16,71% da população ocupada, enquanto que o setor de comércio/serviços concentrava 71,10% da força de trabalho ocupada da RMPA (FEE, 2010).

Quadro 2  
Participação da Região Metropolitana no PIB do Rio Grande do Sul

	<b>% do PIB do estado</b>	<b>% do PIB industrial do estado</b>	<b>Participação da indústria no PIB (%)</b>
1985	33,92	46,92	54,99
1990	39,00	49,26	53,27
2000	43,70	51,98	45,66
2004	40,22	49,11	49,39
2007	44,92	48,49	28,73
2008	43,88	46,61	28,17

Fonte: Dados brutos: FEE e IBGE.

O Quadro 3 apresenta o “peso” do município de Porto Alegre na economia metropolitana. Neste parâmetro percebe-se a reversão da tendência de redução desta participação no PIB total, a qual não se manifesta no PIB industrial. Concorrem para esta situação as políticas governamentais de desconcentração industrial, assim como as regulações urbanas mais restritivas em termos de localização industrial no município de Porto Alegre. Nos últimos anos algumas políticas públicas se orientaram para a atração de indústrias de alta tecnologia para o município, visando reverter a queda do produto industrial sem, entretanto, afetar a qualidade ambiental do território do municipal.

Quadro 3  
Participação de Porto Alegre na economia da Região Metropolitana

	<b>Participação no PIB total (%)</b>	<b>Participação no PIB industrial (%)</b>
1985	36,72	26,52
1990	32,10	19,26
2000	32,21	18,98
2004	27,74	15,62
2007	42,14	19,16
2008	42,00	13,14

Fonte: Dados brutos: FEE e IBGE.

Apesar da perda de participação no produto interno bruto estadual, Porto Alegre permanece como um centro econômico dinâmico e diversificado. O PIB municipal, da ordem de R\$ 33 bilhões era o 13º. do país em 2007, segundo o IBGE. A participação da indústria no PIB municipal é de apenas

13,41%, com o setor concentrando mais de 53 mil trabalhadores ou 6,85% da força de trabalho municipal, o que indica uma indústria com elevada composição orgânica do capital (Quadro 4).

Quadro 4  
Distribuição da força de trabalho industrial no RS

	<b>RS</b>	<b>RMPA</b>	<b>RMPA/RS (%)</b>	<b>POA</b>	<b>POA/RMPA (%)</b>
1985	529.472	281.643	53,19%	69.861	24,80%
1990	534.964	263.687	49,29%	73.809	31,83%
2000	537.615	231.862	43,12%	51.519	22,21%
2004	647.680	268.042	41,38%	49.476	18,45%
2008	698.079	270.774	38,78%	57.518	21,24%

Fonte: Dados Brutos: RAIS/MTE.

Na região metropolitana e no entorno de Porto Alegre temos outras importantes concentrações industriais. Os municípios de Novo Hamburgo, São Leopoldo e Gravataí, constituem-se em tradicionais pólos industriais (sendo NH também um pólo de serviços) no interior da região metropolitana. Graças à localização da planta da General Motors (1998), Gravataí tem aumentado sua fatia no “bolo” da economia industrial da RMPA, concentrando 5,2% do PIB industrial do estado, do qual é o 5º município industrial.

Finalizando, apresentamos dados da concentração do Produto Interno Bruto e do Valor Adicionado Bruto (VAB) Industrial por aglomerações (quadros 5 e 6). Através destes dois quadros verificamos que as aglomerações concentram a maior parcela do PIB e da produção industrial estadual, sendo que sua participação na composição do PIB tem sido mais ou menos constante, com variações sazonais. É importante observar que a produção industrial encontra-se mais concentrada entre as aglomerações, sendo que a RMPA e a AUNE lideram a economia estadual, conformando o “eixo dinâmico” da economia gaúcha.

Quadro 5  
RS: participação das aglomerações no PIB

<b>Aglomeração</b>	<b>% do PIB do estado</b>				
	<b>1985</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>	<b>2008</b>
RMPA	33,92	39,00	43,70	40,22	43,88
AUNE	8,29	9,00	9,52	9,54	8,90
AUSul	4,81	5,41	4,53	4,67	4,77
AULit	0,97	0,88	1,41	1,44	1,48
Santa Cruz do Sul	3,13	3,43	2,85	3,34	2,40

Lajeado-Estrela	1,88	2,46	2,17	1,91	1,74
total aglomerações	53,00	60,18	64,18	61,13	63,16
RS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados brutos: FEE e IBGE.

Quadro 6  
RS: participação das aglomerações no VAB industrial

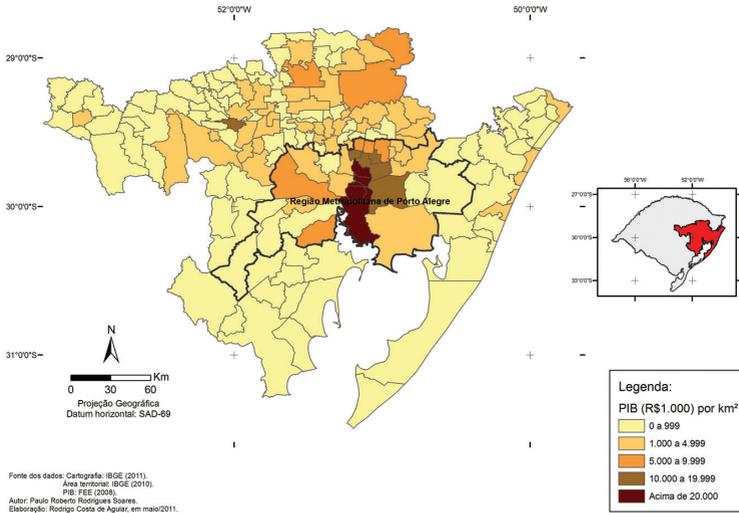
Aglomeração	% do VAB industrial do estado				
	1985	1990	2000	2004	2008
RMPA	46,92	49,26	51,98	49,11	46,71
AUNE	13,70	12,76	12,19	12,65	13,18
AUSul	5,21	6,39	4,60	5,22	5,28
AULit	0,17	0,42	0,75	0,66	0,84
Santa Cruz do Sul	4,35	4,97	3,89	4,68	3,56
Lajeado-Estrela	2,02	3,45	3,01	2,61	2,53
total aglomerações	72,37	77,25	76,42	74,93	72,10
RS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados brutos: FEE e IBGE.

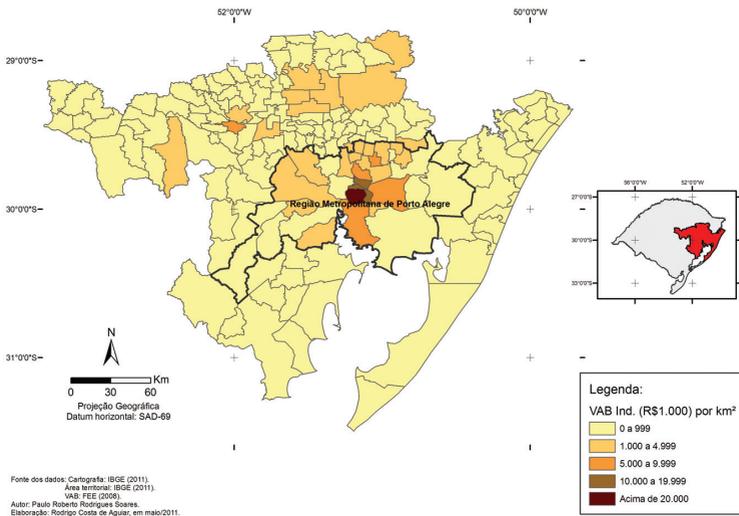
Quanto à participação no PIB Industrial percebemos que nos últimos dados as aglomerações perderam participação, o que demonstra, em parte, a possibilidade de desconcentração industrial para municípios externos às aglomerações. A economia do interior do estado, vinculada ao complexo agroindustrial e dependente do êxito das safras agrícolas, apresenta variações anuais importantes, o que explica em parte a diminuição da participação das aglomerações. Destaca-se o crescimento da participação da AUSul no PIB industrial, resultado da consolidação das atividades do pólo naval de Rio Grande.

Ao esboçarmos uma cartografia destas densidades, verifica-se a formação de um arco perimetropolitano no entorno da Região Metropolitana de Porto Alegre. Este arco é o que relaciona as aglomerações de Caxias do Sul, Lajeado-Estrela e Santa Cruz do Sul. É o que observamos ao analisar as densidades econômicas a partir dos dados de PIB e VAB Industrial por quilômetro quadrado (mapas 1 e 2).

### Mapa 1 PIB por quilômetro quadrado na meso-região de Porto Alegre (2008)



### Mapa 2 VAB industrial por quilômetro quadrado na meso-região de Porto Alegre (2008)



## TENDÊNCIAS E DESAFIOS

A urbanização do estado do Rio Grande do Sul tem se apresentado como um processo bastante complexo no qual a metrópole e sua região metropolitana percebem diferentes processos de reestruturação simultaneamente a conformação de novas aglomerações.

As aglomerações urbanas do Rio Grande do Sul são espaços industrializados, nas quais se localizam importantes sistemas locais de produção, bem como uma importante força de trabalho fabril, sendo que estes atributos funcionam como fatores de atração de novas implantações industriais. Além destas concentrações, encontramos uma industrialização difusa entre a região metropolitana e as aglomerações urbanas, na qual as unidades fabris e agroindustriais se espalham junto aos pequenos núcleos urbanos, com formas de produção flexível e intensivas em mão-de-obra. Esta industrialização também se vincula aos sistemas locais de produção, especialmente à economia calçadista e agroindustrial.

Consideramos que no atual estágio da metropolização no Rio Grande do Sul, a região metropolitana de Porto Alegre passa por significativas transformações, as quais repercutem também nas aglomerações urbano-industriais do seu entorno. Assim, as aglomerações urbanas de Caxias do Sul, Lajeado-Estrela e Santa Cruz do Sul também apresentam mudanças importantes na sua estrutura socioespacial. A expansão do tecido metropolitano e das condições gerais de produção possibilita que as unidades fabris se desconcentrem pelo entorno metropolitano, enquanto que as infraestruturas de comunicação e informação permitem que as atividades de gestão sejam reforçadas no espaço interior da metrópole.

Nesta ampla região urbana – na qual a “cidade-região” de Porto Alegre apresenta-se como virtualidade – diferentes processos socioespaciais como desconcentração, difusão da urbanização, centralização, novas centralidades, fragmentação, estão em constante transformação.

Entre os desafios que esta nova realidade territorial impõe encontra-se, por um lado a compreensão mais apurada e o constante acompanhamento destes processos e de suas tendências e implicações socioespaciais e, de outro, a elaboração de formas de gestão e planejamento de uma nova forma espacial, concentrada e difusa, na qual convivem diferentes forças e agentes sociais.

## REFERÊNCIAS:

- ASCHER, F. **Los Nuevos Principios del Urbanismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.
- CAMAGNI, R. **Economía Urbana**. Barcelona: Antoni Bosch Editor, 2005.
- CASTELLS, M. **Problemas de investigação em Sociologia Urbana**. Lisboa: Editorial Presença, 1984.
- DOLFFBUS, O. **La mundialización**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 1999.

- GEIGER, P. **Evolução da Rêde Urbana Brasileira**. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1963.
- IPEA, NESUR/IE-Unicamp, IBGE. **Redes Urbanas Regionais: Sul**. Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, n.6. Brasília: IPEA, 2000.
- LENCIONI, S. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. **Actas del IX Coloquio Internacional de Geocrítica**. Porto Alegre, 28 de mayo a 1 de junio de 2007. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/lencioni.htm>.
- LENCIONI, S. O processo de metropolização do espaço. Uma nova maneira de falar da relação entre metropolização e regionalização. In SCHIFFER, S. (org.) **Globalização e Estrutura Urbana**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004, p. 153-165.
- MAY, N. Districts et métropolisation: réflexions à partir de deux figures spatiales des réorganisations productives. In: J.-M. Fontan, J.-L. Klein et D.-G. Tremblay. **Entre la métropolisation et le village global**. Québec, Canada: Presses de l'Université du Québec, 1999, p. 27-47.
- MONGIN, O. **La condición urbana**. La ciudad a la hora de la mundialización. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- MOURA, R. e KLEINKE, M. L. U. Espacialidades de concentração urbana na rede urbana da Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, nº 95, jan/abr. 1999, p. 3-25.
- NEUMAN, M. and HULL, A. The Futures of the City Region. **Regional Studies**, 43:6, 2009, P. 777-787.
- PACIONE, M. **Urban geography**. A global perspective. Third edition. New York: Routledge, 2009.
- PARIS, D. Gouvernance des territoires, métropolisation et développement régional. In DOLEZ, B. et PARIS, D. **Métropoles en construction**. Territoires, politiques et processus. Paris: L'Harmattan, 2004, p. 21-38.
- SCOTT, A., AGNEW, J., SOJA, E. e STORPER, M. Cidades-regiões globais. **Espaço & Debates**. Ano XVIII, 2001, no. 41, pp. 11-25.
- SOARES, P. R. R. y UEDA, V. Territorialidades de la metropolización y de la urbanización en Sur de Brasil. In HIDALGO, R. et all (coord.) **Transformaciones Urbanas y Procesos Territoriales**. Lecturas del nuevo dibujo de la ciudad latinoamericana. Santiago de Chile: PUC-Chile, 2005, p. 173-185.
- SOJA, E. W. Algunas consideraciones sobre el concepto de ciudades región globales. **Ekonomiaz** – Revista Vasca de Economía. No. 58, 44-75, 1er. Cuadrimestre de 2005.
- VELTZ, P. **Mundialización, ciudades y territorios**: la economía de archipiélago. Barcelona: Ariel, 1996.
- VICENTE RUFÍ, J. ¿Nuevas palabras, nuevas ciudades? **Revista de Geografía**. Universidad de Barcelona. Nº 2. 2003, p. 79-103.